

MAIS DINHEIRO. Municípios têm sobrecarga de serviços públicos e pouca contrapartida da União

Prefeitos preparam marcha por mais 2% de FPM

Gestores de todo o País vão à Brasília na segunda semana de abril para pressionar deputados e senadores pela aprovação de nova PEC

FELIPE FARIAS
REPÓRTER

Na segunda semana de abril deve começar a mobilização das associações de prefeitos de todo o País para levar um grupo de cada estado a Brasília (DF) todas as semanas. O objetivo é pressionar o Congresso Nacional a apreciar a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 341/2013.

Defendida como importante alternativa para so-

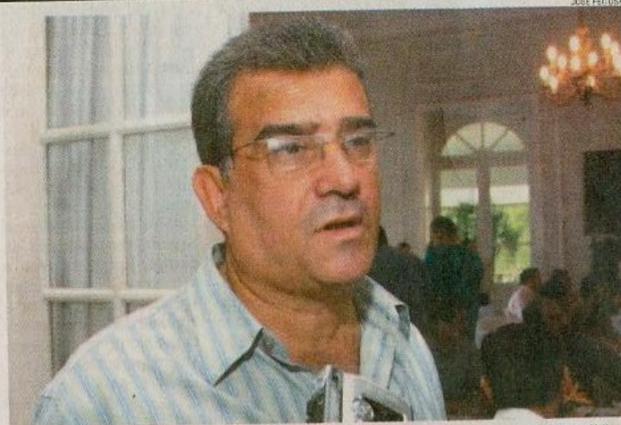
correr os cofres municipais, a PEC propõe aumentar em dois pontos percentuais a transferência de recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que ajudam a compor o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, entre as receitas que compõem o FPM, esses dois repasses representam 23,5%. As associações que representam os prefeitos reivindicam

que passe para 25,5%.

De cada quatro cidades brasileiras, nada menos que três têm o FPM como principal fonte de receita, mas, segundo o economista Francisco Rosário, vice-coordenador do Mestrado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Feac) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), desde a crise de 2008, "que afetou praticamente todo o mundo", os repasses do FPM vêm caindo. E, de lá para cá, o ano de 2013 foi o pior.

No ano passado, a queda foi 13,5%, em relação a 2012. E as projeções continuam pessimis-



Jorge Dantas, da AMA, reclama que municípios têm sido acionados até para fornecer segurança pública

tas: de acordo com a entidade nacional de classe do setor, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), para todo o País, a queda, ao longo deste ano, pode chegar a R\$ 2,65 bilhões.

"O problema é que os municípios alagoanos são pequenos e não possuem produção e serviços suficientes para gerar receita própria de impostos. Logo, são extremamente dependentes de recursos do FPM e outras transferências federais", diz Francisco Rosário.

Segundo ele, parte da responsabilidade pela queda projetada para este ano maior é das renúncias fiscais feitas pelo governo federal.

"A União e os Estados, ao longo dos anos, têm repassado uma série de atribuições para os municípios. Cada vez mais, as prefeituras, os gestores municipais têm tido que arcar com um volume maior de atribuições. Hoje, a saúde é com o município;

a educação é com o município; a assistência social é com o município", diz o vice-presidente da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Jorge Dantas.

"Até atividades inerentes à polícia têm passado para os municípios. Sim, porque muitos têm sua estrutura de guardas municipais que, por vezes, são usadas em ações dessa natureza. Em outras, há a necessidade de prestar apoio às autoridades judiciais. Mas os recursos para custear isso não têm vindo na mesma proporção. Sem contar as desonerações [de tributos] promovidas pelo governo federal, que reduzem o FPM", acrescenta.

O aumento no FPM reivindicado pelos gestores municipais via PEC, que está no Congresso, se refere à recomposição dos recursos do fundo, por causa justamente dessas desonerações, calculadas do ano de 2009 para cá.

"Como estamos em ano eleitoral, é possível que essa PEC passe, mas a questão é que os custos das prefeituras aumentam mais que os ganhos de receita. Existem outros projetos de lei que esperam para tramitar no Congresso que podem atenuar a relativa 'penúria' dos municípios pequenos, como é a maioria dos de Alagoas", explica Francisco Rosário.

Impostos

Atualmente, entre as receitas que compõem o FPM, IPI e IR representam 23,5%. As associações que representam os prefeitos reivindicam que passe para 25,5%